

PROVA DE CONHECIMENTOS

PROCEDIMENTO CONCURSAL DE INGRESSO PARA 485 (QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO) POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DO INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I.P. PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE OFICIAL DE REGISTOS

(Aviso n.º 17804/2025/2, de 18 de julho)

PROVA DE CONHECIMENTOS

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTOS

Antes de iniciar a prova, leia atentamente todas as instruções. O seu cumprimento é obrigatório.

1. Identificação

- Coloque o seu documento de identificação em cima da mesa, de forma visível.

2. Equipamentos eletrónicos

- Desligue o telemóvel e guarde-o.
Não é permitido manter o telemóvel sobre a mesa.
- Não é permitido utilizar qualquer equipamento com acesso à internet, incluindo: tablets, computadores portáteis, smartphones, smartwatches ou dispositivos semelhantes.
- Não é permitido o uso de auriculares.

3. Material permitido

- Deve manter sobre a mesa apenas:
 - caneta,
 - enunciado da prova,
 - folhas de resposta,
 - material de consulta em suporte físico (quando admitido).
- Preencha a sua identificação na folha própria, em letras maiúsculas, de forma legível e sem rasuras.

4. Duração da prova

- A prova é individual e tem a duração de **60 minutos**.
- A esta duração acrescem **10 minutos de tolerância**.

- Compete a cada candidato gerir o seu tempo.
- Será dado um aviso **15 minutos antes do final**.

5. Estrutura da prova

- A prova é composta por um total **25 questões de escolha múltipla**, destinando-se a avaliar **conhecimentos jurídicos e de língua inglesa**.
- Cada questão apresenta **4 opções de resposta** (A, B, C, D), sendo **apenas uma correta**.
- As respostas devem ser assinaladas exclusivamente na **folha de respostas**, preenchendo o círculo correspondente à opção selecionada, que considera correta.

Atenção: a prova é sujeita a leitura ótica; um preenchimento incorreto poderá invalidar a resposta.



- A ausência de resposta, a resposta errada ou a seleção de mais do que uma opção corresponde à atribuição de 0 (zero) valores nessa questão.
- Cada resposta correta será classificada com 0,8 valores.

6. Esclarecimentos, desistências e saídas da sala

- Não deve interromper a prova para solicitar esclarecimentos, salvo se forem absolutamente imprescindíveis.
- Só pode desistir da prova **após decorridos os primeiros 30 minutos**.
Em caso de desistência:
 - deve declará-lo no próprio enunciado,
 - entregar o enunciado e a folha de respostas ao vigilante,
 - abandonar a sala em silêncio.
- Não pode ausentar-se da sala durante a prova, exceto em caso de desistência ou em situações excecionais devidamente avaliadas.
- Os candidatos que terminarem antes do tempo devem igualmente entregar o enunciado e a folha de respostas ao vigilante e manter-se em silêncio caso termine antes dos primeiros 30 minutos.

BOA SORTE!

PROVA DE CONHECIMENTOS

SECÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

1) Num contrato de compra e venda de imóvel, com reserva de propriedade a favor do vendedor até integral pagamento do preço em dívida, quais são os efeitos jurídicos que se produzem?

- a) A obrigação de entregar a coisa e a obrigação de pagar o preço em dívida, nos termos contratados.
- b) A transmissão da propriedade do imóvel e a obrigação de pagar o preço em dívida, nos termos contratados.
- c) A obrigação de pagar o preço em dívida, nos termos contratados.
- d) Nenhum dos anteriores.

2) António, pai de Berta e de Carlos, resolve vender um prédio urbano aos seus netos, Daniel e Elisa, maiores de idade, filhos de Carlos, jogador inveterado que passa noites inteiras no casino. Berta também tem dois filhos maiores, Fernando e Guilherme. Dos identificados sujeitos, quem pode pedir a anulação da compra e venda por falta de consentimento?

- a) Berta e Carlos.
- b) Berta, Fernando, Guilherme e Carlos.
- c) Carlos Fernando e Guilherme.
- d) Fernando e Guilherme.

3) Abel, proprietário de uma fração autónoma destinada a habitação, foi condenado por decisão judicial ao pagamento de uma indemnização, no valor de 70.000,00 euros. O beneficiário desta indemnização pretende

garantir que o devedor cumpra a obrigação a que foi condenado e pergunta-lhe se pode obter alguma garantia e de que tipo.

- a) Sim, de uma hipoteca voluntária;
- b) Sim, de uma hipoteca judicial.
- c) Sim, de uma hipoteca legal.
- d) Sim, de um privilégio creditório.

4) António e Beatriz divorciaram-se e acordaram que na partilha dos bens do dissolvido casal, todos os bens imóveis seriam adjudicados a Beatriz, preenchendo-se a quota de António em dinheiro, a ser liquidado no prazo de 5 anos, em prestações anuais de valor igual até atingir o montante das tornas a que tem direito. Pode António gozar de uma hipoteca legal sobre os bens adjudicados ao devedor de tornas?

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Sim, mas apenas se for de valor superior a 5000 euros.
- d) Sim, mas apenas se a hipoteca voluntária não for viável.

5) Qual a forma a que está sujeito um contrato de mútuo no valor de 20.000,00 euros?

- a) É suficiente documento escrito assinado pelo mutuário.
- b) É necessário documento particular com as assinaturas do mutuante e do mutuário reconhecidas presencialmente.
- c) É sempre exigível escritura pública ou documento particular autenticado.
- d) É válido por contrato verbal.

6) David e Eunice querem constituir uma sociedade por quotas que irá ter por objeto a atividade de construção civil. As entradas irão ser realizadas

em espécie, com veículos e maquinaria de que são comproprietários. A quem incumbe verificar e avaliar as entradas?

- a) Aos sócios, por acordo.
- b) Ao contabilista da sociedade.
- c) A um terceiro designado pelo contabilista.
- d) A um revisor oficial de contas.

7) Qual a forma a que está sujeita a constituição de uma sociedade unipessoal por quotas em que o sócio único entra com um prédio rústico para composição do capital social.

- a) Documento escrito e assinado pelo sócio.
- b) Documento escrito com a assinatura reconhecida presencialmente.
- c) Documento particular autenticado.
- d) Escritura pública ou documento particular autenticado e depósito eletrónico.

8) As sociedades comerciais dissolvem-se por casos, causas e formas diversas. Das causas a seguir identificadas qual é a que deve ser instaurada oficiosamente pelo serviço de registo:

- a) A ilicitude superveniente do objeto social.
- b) A sociedade não tenha exercido qualquer atividade durante dois anos consecutivos.
- c) A administração tributária tenha comunicado ao serviço de registo competente a declaração oficiosa de cessação da atividade da sociedade, nos termos previstos na legislação tributária.
- d) Quando por período superior a um ano, o número de sócios for inferior ao mínimo exigido por lei.

9) Numa sociedade por quotas, podem os gerentes decidir aumentar o capital social, impondo aos sócios novas contribuições de capital social?

- a) Sim.
- b) Sim, desde que o contrato fixe o limite do aumento e um prazo para o exercício daquela faculdade, não excedente a 5 anos.
- c) Não.
- d) Não, exceto se os sócios forem sociedades anónimas.

10) Ana, nacional portuguesa, na presente data encontra-se grávida de 8 meses. Ana reside em Portugal e vive em união de facto com Borys, nacional ucraniano. Porém, devido à guerra Borys irá viajar para a Ucrânia na próxima semana. Com receio do futuro, e sem saber se poderá estar presente no momento do nascimento, Borys dirige-se a uma conservatória do registo civil para saber se haverá alguma diligência que possa iniciar para salvaguardar a menção da paternidade no futuro registo de nascimento. *Que conselho daria a Borys?*

- a) Não precisa de se preocupar porque a mãe irá declarar quem é o pai.
- b) Basta declarar que a criança é seu filho quando regressar da Ucrânia, não necessita de qualquer diligência antes da viagem.
- c) Pode perfilhar apesar da criança ainda não ter nascido.
- d) A melhor solução é casar já com Ana por existir a presunção de paternidade.

11) Alberto e Benilde, ambos de nacionalidade portuguesa, casaram catolicamente em Portugal em 2021, durante as restrições decorrentes da pandemia, tendo sido lavrado o respetivo registo de casamento na conservatória do registo civil. Como, à data, não lhes foi permitido realizar a festa com que sonhavam, pretendem agora celebrar novamente a sua união

com a realização de um casamento civil seguido de uma festa com todos os seus familiares e amigos. *Podem realizar o casamento civil?*

- a) Sim, porque são os nubentes que escolhem a modalidade do casamento.
- b) Não, porque celebrado o casamento católico não é permitido o casamento civil.
- c) Não, porque a modalidade de celebração do casamento é sempre alternativa.
- d) Sim, porque é sempre possível casar civilmente.

12) Anita e Benjamim, nacionais portugueses e residentes em Portugal, trabalham num escritório de advogados e pretendem casar um com o outro no corrente ano, no regime da separação de bens. Para o efeito, solicitaram a um dos advogados do escritório onde trabalham, que redigisse a convenção antenupcial para eles assinarem e poderem proceder à sua entrega na conservatória do registo civil por onde corre o processo de casamento. A convenção antenupcial pode ser celebrada por advogado?

- a) Sim, desde que ambos os nubentes escolham o mesmo advogado.
- b) Sim, desde que seja um advogado inscrito na Ordem dos Advogados em Portugal.
- c) Sim, se a conservatória do registo civil aceitar a convenção.
- d) Não, porque a convenção não é válida.

13) Adriana e Bernardo, nacionais portugueses e residentes em Portugal, na mesma morada, casaram civilmente em agosto de 2025, mas logo após o casamento as divergências entre o casal conduziram a uma situação de rutura no seu relacionamento, que tornou inviável a manutenção da vida em comum. Assim, e por estarem ambos de acordo sobre a dissolução da vida conjugal, pretendem pedir o divórcio por mútuo consentimento. *Quais os*

documentos que, na situação concreta, devem instruir o seu pedido de divórcio?

- a) Requerimento; Relação dos bens comuns; Acordo sobre o exercício das responsabilidades parentais; Acordo sobre a prestação de alimentos ao cônjuge que deles careça; Acordo sobre o destino da casa de morada de família; Acordo sobre o destino dos animais de companhia.
- b) Relação dos bens comuns; Acordo sobre o exercício das responsabilidades parentais; Acordo sobre a prestação de alimentos ao cônjuge que deles careça; Acordo sobre o destino da casa de morada de família; Acordo sobre o destino dos animais de companhia.
- c) Acordo sobre o destino da casa de morada de família.
- d) Requerimento; Acordo sobre o destino da casa de morada de família.

14) Cláudio, de nacionalidade portuguesa e com residência habitual em Portugal, faleceu em outubro de 2025, sem testamento, no estado de casado em segundas núpcias com Daniela, de quem se encontrava separado de pessoas e bens, por decisão transitada, e de quem teve 2 filhos, Eduardo e Francisca. Cláudio tinha sido casado com Gabriela, com quem manteve sempre excelentes relações após o divórcio, tendo nascido desse casamento um único filho, Henrique. Quem são os herdeiros legítimos de Cláudio?

- a) Daniela, Eduardo e Francisca.
- b) Gabriela, Eduardo, Francisca e Henrique.
- c) Daniela, Eduardo, Francisca e Henrique.
- d) Eduardo, Francisca e Henrique.

15) César, de nacionalidade portuguesa e com residência habitual em Portugal, faleceu em dezembro de 2024, sem testamento e no estado de viúvo. Os seus 4 filhos, Daniela, Ernestina, Frederico e Gonçalo, pretendem

efetuar agora a partilha da herança do pai. Para o efeito, Daniela informou os seus irmãos que soube, através de um programa televisivo a que assistiu, que por ser a filha mais velha a sua quota-parte na partilha é diferente, em seu benefício, da quota-parte que cabe aos seus irmãos. É verdadeira a informação de Daniela?

- a) Sim, a quota-parte do irmão mais velho é o dobro da quota-parte dos restantes irmãos.
- b) Sim, a quota-parte do irmão mais velho é sempre superior à quota-parte dos restantes irmãos.
- c) Não, a quota-parte do irmão mais velho é superior à quota-parte dos restantes irmãos, mas pode ser inferior ao dobro.
- d) Não, a herança divide-se pelos irmãos em partes iguais.

16) Carolina, viúva, de nacionalidade portuguesa e residente em Portugal, faleceu em julho de 2025, após um longo internamento hospitalar, sem testamento e sem parentes sucessíveis. A falecida era proprietária de um vasto património imobiliário, sendo as rendas provenientes dos imóveis a sua principal fonte de rendimentos. A quem se transmite a herança de Carolina?

- a) Aos inquilinos dos imóveis arrendados.
- b) A quem se candidatar à herança.
- c) À administração do hospital onde esteve internada.
- d) Ao Estado.

17) Cipriano falecido, era casado com Diamantina, no regime da separação de bens, e tinha uma filha Elisa. No entanto, a relação de Cipriano com o seu cônjuge e com a filha era de um grande distanciamento, vivendo os cônjuges em casas separadas. Cipriano, numa viagem profissional ao estrangeiro, conheceu Fiona com quem iniciou uma relação de grande

proximidade. Cipriano fez testamento a favor de Fiona deixando-lhe todos os seus bens. *Podia fazê-lo?*

- a) Sim, porque era casado no regime da separação de bens.
- b) Sim, porque estavam separados de facto.
- c) Não, porque Diamantina e Elisa são suas herdeiras legitimárias.
- d) Não, porque Elisa é sua herdeira legitimária.

18) A carreira especial de Oficial de Registos é:

- a) Unicategorial;
- b) Estrutura-se na categoria de Técnico Superior;
- c) Classificada no grau 2 de complexidade funcional;
- d) Pluricategorial, estruturando-se em duas categorias e é classificada no grau 3 de complexidade funcional;

19) João, ingressou na carreira especial de oficial de registos, qual a duração do período experimental a que está sujeito?

- a) 240 dias após a frequência do curso de formação inicial específica;
- b) 5 meses a contar do início do exercício de funções no posto de trabalho a que o trabalhador se candidatou;
- c) 240 dias a contar do início do exercício de funções no posto de trabalho a que o trabalhador se candidatou;
- d) Um ano a contar do início do exercício de funções no posto de trabalho a que o trabalhador se candidatou.

20) Um trabalhador em funções públicas que revele desconhecimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e das ordens e instruções dos seus superiores hierárquicos viola o dever de:

- a) correção;
- b) isenção;

- c) zelo;
- d) obediência.

21) O princípio da decisão na atividade administrativa:

- a) obriga a que os trabalhadores se pronunciem sobre os assuntos da sua competência;
- b) obriga a que os órgãos da Administração Pública se pronunciem sobre todos os assuntos que lhe são apresentados;
- c) possibilita que o órgão competente não se pronuncie sobre o pedido, quando há menos de 2 anos a contar da data da apresentação do requerimento, praticou ato administrativo sobre o mesmo pedido, formulado pelo mesmo interessado, com os mesmos fundamentos;
- d) nenhuma das anteriores.

22) Quando um órgão pratica um ato para o qual não tem competência, mas que se inscreve no quadro e atribuições em função das quais esse órgão atua, ocorre uma situação de:

- a) incompetência relativa;
- b) usurpação de poderes e falta de legitimidade do sujeito;
- c) incompetência absoluta;
- d) incompetência.

23) Qual das seguintes condições permite o tratamento de dados sem consentimento explícito do titular?

- a) Cumprimento de obrigação legal aplicável ao IRN, I.P.;
- b) Interesse do funcionário que tenha palavra-passe de acesso à base de dados;
- c) Publicação em site institucional sem base legal;
- d) Uso para marketing institucional.

SECÇÃO EM LÍNGUA INGLESA

24) Which of these is sensitive personal data (special category)?

- a) Address;
- b) Racial or ethnic origin;
- c) Tax number;
- d) Marital status.

25) A rule enshrined in a European Union Directive must be applied by the Portuguese administration:

- a) Always, due to primacy.
- b) Always, when the national law has not fully or correctly transposed the Directive.
- c) Under certain conditions, when the national law has not fully, correctly, or timely transposed the Directive.
- d) Only with the goal of ensuring harmonious interpretation of national law with European Union Law, since Directives are not directly applicable.